

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS BANDEIRAS

Fundamentos Pre-Históricos do Brasil

JAIME CORTESAO

(III)

(Transcrito de "A Manhã", do Rio de Janeiro, 2 de Novembro de 1947)

Definimos o índio, pelas suas qualidades de orientação — bússola e mapa vivo. Estudamos o seu conhecimento da rede das estradas naturais e de seus entroncamentos sobre as zonas de vertentes, onde as cabeceiras dos rios se aproximam. Vimos que por essas zonas, a que chamamos os grandes varadouros culturais, os índios se moveram em grandes migrações, continuadas até quase aos nossos dias, passando dum sistema fluvial a outro; ou sobre elas perpetuamente realizaram intercâmbios comerciais e culturais.

Acrescente-se que em muitos casos se deu, mais que a simples troca, a fusão íntima das culturas, pela formação dum patrimônio de línguas técnicas, crenças, conhecimentos e muitos, comum a tribos de diversa origem. Foi este, seguramente, o caso das tribos pertencentes a um círculo cultural, vencidos e assimilados por tribos dum círculo cultural diferente. Dêse fato temos exemplo típico nos chanés (arauques), e chiriguano (guaranis) da região entre o alto Guapá (bacia amazônica) e o alto Pilcomayo (bacia platina). Foi Nordenskiöld o primeiro a descobrir a família étnica e cultural dos chanés, pois verificou que esses índios, não obstante estarem culturalmente guaranizados havia quatro séculos, ainda falavam entre si em aruaque. Quando Aleixo Garcia, c. 1624, alcançou aquela região, já encontrou chiriguano e chanés intimamente enlaçados sobre o território. (The Guaraní Invasion of the Empire in the Sixteenth Century. An Historical Indian Migration in The Geographical Review, vol. IV, N. Y., 1917).

As nossas investigações permitem-nos afirmar também que o bilinguismo, e por consequência, a fusão de culturas era frequente em várias tribos do Alto Paraguai, como se deprende da relação inédita do Pe. Diego Ferrer sobre os itaitines e povos próximos (Coleção de Angelis).

Povos dotados duma grande capacidade de expansão, não possuíam tupi-guaranis e aruaques uma cultura geográfica, ainda que rudimentar, correspondente à sua área de deslocação? E não se haveriam comunicado esses conhecimentos, como nos casos de fusão étnica e cultural, a que acabamos de aludir, transmitindo aos adventícios uma noção de unidade maciça do território incompatível com o Tratado de Tordesilhas?

Se desejamos aquilatar da colaboração do índio nas bandeiras e, de modo mais geral, na formação territorial do Brasil, quer sob forma maciça, quer científica, devemos dar mais um passo no estudo da cultura dos indígenas e averiguar quais as suas noções geográficas sobre o território percorrido.

Quando falamos em geografia dos índios, afastamos, é obvio, a idéia que se liga às ciências geográficas, tal como hoje as podemos aprender ou realizar. Trata-se duma cultura de primitivos, alheios a toda a ciência de posição, propriamente dita, e aos métodos e instrumentos para medir com precisão o espaço, restrição que jamais devemos perder de vista. Não obstante, e como vamos ver, eles possuíam certas noções de geografia física, econômica e política dum vasto alcance, que podiam orientar, e positivamente orientaram, muitas expedições exploradoras.

Vamos escolher os exemplos mais típicos da extensão de conhecimentos geográficos entre os indígenas da América do Sul.

Os tripulantes da armada de D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro que, em 1513 e 1514, descobriu o Prata; os naufragos da armada de Diogo de Solis, que desde 1516 habitaram a ilha de Santa Catarina e o litoral próximo; os tripulantes da armada de Sebastião Caboto que, em 1528, penetraram o estuário do Prata e o Paraná; e os companheiros de Mar-

tim Afonso, ainda no Rio de Janeiro, em 1531, todos depararam entre os aborígenes, notícias insistentes e unânimes da existência, para oeste, duma Serra de Prata e dum Rei Branco governando um vasto império, próspero em riquezas. E hoje fato assente que os aborígenes do vale platino e da "costa da prata" (como Eugênio de Castro chamou à porção de litoral que se estende desde o Rio de Janeiro ao estuário do Prata), possuíam notícias mais ou menos exatas sobre o Império do Inca (o Rei Branco) e sua localização a oeste. Desejamos apenas objetivar este fato com o mais extraordinário dos documentos que se lhe referem — a célebre carta de Luiz Ramirez, companheiros de Caboto, em que informava seu pai de que os "quirandies", à entrada do Paraná, lhes deram "mucha relacion de la sierra y del rey blanco... Estos nos dijeron que de la otra parte de la sierra confinaba con el mar, y segun dician crecia y menguaba mucho y muy supito, y segun la relacion que dan, el señor capitán general piensa que es la Mar del Sur; y a ser así, no menos tiene este descubrimiento que el de la sierra de la Plata por el gran servicio que S.M. en ello recibirá." (o Toribio de Medina. "Sebastião Caboto", 2.º t. in fine).

Este passo não deixa dúvidas sobre o conhecimento, pelos índios do Prata, da existência do Pacífico e, por comparação com as mares do Atlântico, do fenômeno do "raz-de-marée", o qual nas costas do Peru e do Chile atinge frequência e proporções de cataclismo, desconhecidas no resto do planeta, a não ser no Japão.

Nessa mesma carta informava Luiz Ramirez que "aquí con nosotros está otra generacion, que son nuestros amigos, los cuales se llamam Guaranis... estos señorean gran parte desta India y confinan con los que habitan en la sierra". Desta informação inteiramente acorde com o que dissemos sobre as vias de difusão cultural, podemos concluir que os tupi-guaranis haviam sido os criadores da cultura geográfica desta área inter-oceânica.

A esta área de cultura geográfica, de formação guaraní, podemos acrescentar outra, não menos vasta, e essa tupi. Já noutro destes artigos (X) assinalamos que os índios do Maranhão, segundo Claude d'Abbeville, guardavam a memória da existência de grandes florestas na região do Trópico de Capricornio, donde haviam emigrado, fugindo aos portugueses, para as regiões do Equador; e mostravam igual conhecimento da região da costa, que se estende até o norte do Amazonas. Yves d'Evreux, outro dos capuchinhos franceses da mesma missão, acrescentava dos mesmos índios, ou seja, dos tupinambás, que "quatrocentos ou quinhentas léguas nada são para eles; e conta o caso dum principal que morava "muito acima" no Rio Amazonas, donde viera visitar os seus parentes ao Pará e daí Maranhão, o qual para regressar às últimas terras dos tupinambás necessitava duas luas, ou seja, dois meses lunares. E com razão Métraux identifica este principal como pertencente aos tupinambaranas, habitantes da ilha do mesmo nome junto à foz do Madeira.

Ao chegar a este mesmo lugar, em 639, o padre Cristóbal de Acuña, que acompanhou Pedro Teixeira na descida do Amazonas, ouviu daqueles índios a história da emigração dilatadíssima até ali os trouxera. Fugindo à proximidade dos portugueses (por consequência, duma região do litoral), haviam passado pelas cabeceiras de vários rios, cerca da grande serraiana ocidental e, chegados às nascentes do Madeira, baixaram todo o curso do rio até à sua foz.

Que este último fato seja verdadeiro não pode duvidar-se, pois os tupinambás deram a Cristóbal de Acuña e aos portugueses a noção de que, no próprio dizer do cronista jesuíta, "por ele (o rio Madeira) e mais depressa que por qualquer outra parte se há de descobrir saída para os mais próximos rios da comarca de Potosi", o que é rigorosamente exato e representa uma notabilíssima antecipação às explorações dos europeus,

Porventura os índios resumiam, numa só, um ciclo de migrações tupis, começadas com os chiriguano que, ainda no século XV, começaram a emigrar das margens do Paraná para as faldas dos Andes, na região das nascentes do Rio Grande ou Guapal, afluente do Madeira, e que se continuaram por este rio até ao Amazonas; pelo menos desde os meados do século XVI.

Índios de raça tupi que houvessem partido dos litorais brasileiros, e passando pelas cabeceiras do Madeira chegassem à sua foz, tinham de habitar, dentro do condicionalismo geográfico, que tornava possível a viagem, nas regiões da capitania de S. Vicente, ou muito próximos. E aquele principal tupinambarana, que fora visitar os seus parentes no Pará e no Maranhão, bem podia, somando os seus conhecimentos aos destes últimos, ter uma noção, ainda que vaga, do imenso circuito atlântico-platino-amazônico, sobre que assenta o Brasil atual.

Certas noções bastante exatas, que os portugueses muito cedo tiveram daquelas possibilidades de circular a zona de floresta tropical, só podem explicar-se por informações indígenas. É o caso de Diogo Nunes, aventureiro português que, em 1538, em companhia dos espanhóis, fez uma viagem ao país de Machifaro, vizinho dos omagua (tupi-guaranis), no Alto Amazonas. Numa espécie de plano, enredado, cerca de 1534, a D. João III de Portugal, em que aconselhava a conquista daquelas regiões, indicava, como um dos caminhos a seguir para comunicar com o Alto Amazonas: "indo por São Vicente, atravessando as cabeçadas, (isto é, as cabeceiras dos rios) do Brasil". (História da Col. Portuguesa do Brasil" III, 367).

Esta noção assemelha-se muito à que os tupinambaranas transmitiram ao padre Cristóbal de Acuña; mas sobre ser anterior de quase um século, completa-se com indicação dum ponto de partida. E ainda quando Diogo Nunes houvesse percorrido esses caminhos em parte ou na totalidade, como parece depreender-se de certo documento publicado por Capistrano, só o poderia ter alcançado com o auxílio dos indígenas.

Conhecimento mais vasto, e que só pode explicar-se por informações da mesma fonte, é o que, em 1618, Simão Estácio da Silveira revelava no seu memorando. "Este rio Pará, que chamamos das Amazonas, dizia ele, tem dois nascimentos: hum do rio Orellana... nasce em Quito e serras do Novo Reino de Granada...; outro, que chamão do Maranhão... nasce um pouco ao Norte do Serro de Potosi, nas serras do Peru... e correndo mais de 700 legoas ao Nordeste... se ajunta com o de Orellana mais de 400 legoas antes de entrar no mar..."

(Anais da Biblioteca Nacional XXXI, 362).

Dois anos após a fundação de Belém, já ali se conhecia no seu traçado geral como desse texto claramente se conclui, o curso do Madeira, até o nascimento. Por consequência, os tupinambás do Pará haviam assimilado esse conhecimento dos seus irmãos de raça e círculo cultural, os tupinambaranas.

Neste caso, tribos tupinambás vindas do sul, ao longo do litoral, encontraram-se com outras tribos da mesma família cultural, partidas provavelmente da mesma região, mas descrevendo nas suas viagens pelo interior do continente um arco de círculo, que vinha encerrar todo um circuito de migrações atlântico-platino-amazônico, fundindo assim no mesmo patrimônio os seus conhecimentos geográficos.

Se os tupi-guaranis possuíam uma tão vasta consciência do espaço, também os aruaques revelaram aos primeiros europeus, que entraram com eles em contato, um conhecimento muito exato da vasta região, banhada pelo Negro e Orinoco, onde as suas tribos, se adensavam mais. Assim, quando Pedro Teixeira, em 1637, subiu o Amazonas até ao Napo, adquiriu em caminho, segundo informam Alonso Rojas e o padre Cristóbal de Acuña, e maiormente se conclui do mapa do Ama-

zonas, que o piloto da expedição trouxera em Quito os mais extraordinários e exatos conhecimentos sobre o curso do Negro, a sua pronunciada direção para oeste, a situação das nascentes respectivas e a comunicação com o Orinoco.

Aliás, essa noção das ligações entre o Negro e o Orinoco já fora revelada pelo padre Joseph Acosta, na sua "História natural y moral de Indias" (1591) e aparece num mapa português (c. 1628), que atribuímos a João Teixeira, folha de um atlas ignorado, mas obra-prima da cartografia portuguesa do século XVII, que tivemos a boa fortuna de encontrar e identificar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em qualquer dos casos esta noção é anterior à exploração e ao conhecimento direto dos europeus, que só veio realizar-se no século XVIII. E não só está de acordo com o condicionalismo geográfico, a que nos temos referido, mas com o depoimento de Oviedo, que, nos meados de Quinhentos, se refere com admiração às longas estradas comerciais dos aruaques e às suas grandes frotas de canoas e dilatadas viagens de cerca de 2.000 quilômetros.

Se hoje conhecemos estes fatos, é pormente ligados um ao outro, a ponto de Hariarte os considerar, em meados do século XVII, como um único, formado de dois braços, um que desaguava no Amazonas, outro no Oceano, os aruaques, que os habitavam, mantinham com as tribos do Madeira um intenso comércio, que se estendia até aos "lagos de Aragaris" na atual Guiana brasileira (M. de Hariarte, Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas). Amazonas, Madeira e Negro formavam um grande cruzamento de estradas fluviais, sobre as quais os aruaques haviam estendido uma unidade econômica vastíssima, que ia do Orinoco e da Guiana ao Maranhão e ao Alto e Médio Paraguai.

Círculos culturais afins, tupi-guaranis e aruaques tinham-se fundido pelo sangue e a cultura. Mas os segundos haviam adotado o seu idioma que, antes da chegada dos brancos, começara a ser língua geral, isto é, instrumento de unificação social e cultural. Clara ou difusa, total ou fragmentária, a noção duma unidade geográfica, econômica e humana, maciça e indivisível, existia. Sobre a terra já estavam delineados os fundamentos da futura nação.

Se hoje conhecemos estes fatos, é porque foram comunicados pelos aborígenes, a portugueses e espanhóis. Ao tomar posse da terra, uns e outros receberam em mãos essa riquíssima herança cultural. Realidade continental, verdadeiro Novo Mundo a elaborar, segundo padrões de civilização mais elevada, até à organização e independência política, como procederam portugueses e espanhóis, luso e hispano-descendentes? É o que vamos ver.